

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.401.542 - SP (2018/0304774-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
ADVOGADOS : RICARDO NOGUEIRA MONNAZZI - SP241255
EDUARDO NOGUEIRA MONNAZZI - SP164539
ELAINE CRISTINA PERUCHI - SP151275
AGRAVADO : HOSPITAL SAO FRANCISCO SOCIEDADE EMPRESARIA
LIMITADA
ADVOGADOS : LUCAS GONÇALVES MESQUITA - SP268095
RAQUEL DI DONATO LOURENÇO - SP390355

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 167):

RESPONSABILIDADE CIVIL OSCILAÇÃO DE ENERGIA NA REDE ELÉTRICA, QUE CAUSOU DANOS AO APARELHO DE AR CONDICIONADO DO AUTOR

FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA ARTIGO 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL RISCO IMPLÍCITO ÀS ATIVIDADES RESSARCIMENTO DO DANO MATERIAL DEVIDO, NO VALOR DE R\$ 8.200,00

PREQUESTIONAMENTO DESNECESSIDADE DE MENÇÃO EXPRESSA DOS DISPOSITIVOS SENTENÇA PARCIALMENTE PROCEDENTE NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO

Nas razões de recurso especial, alega a ora agravante violação dos arts. 186, 884, 927, 944, 945 do Código Civil/2002; 14, § 3º, II, do Código de Defesa do Consumidor; 373, I e II, do Código de Processo Civil/2015, além de divergência jurisprudencial.

Sustenta a inexistência de responsabilidade civil, pois "agiu em exercício regular de um direito ao não ressarcir o montante requerido, pois a recorrida não preenche os requisitos para isso, não há nexo de causalidade entre os fatos narrados e o dano

suportado, demonstrando, ainda, que não houve nenhum registro de falha na prestação do serviço realizada pela distribuidora, bem como qualquer ato comissivo ou omissivo protagonizado por esta última que ensejasse o dever de indenizar para com a parte contrária" (e-STJ, fl. 183).

Busca, ainda, a exclusão ou a minoração do valor fixado a título de danos materiais, com a observância dos princípios da proporcionalidade e do enriquecimento sem causa.

Contrarrazões às fls. 224-231 (e-STJ).

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 232-233 (e-STJ).

Contraminuta apresentada às fls. 253-260 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

O Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, concluiu pela responsabilidade da empresa ora agravante, assim se pronunciando (e-STJ, fls. 168-170):

A apelante não se desincumbiu do ônus de provar o fato positivo contrário ao alegado pelo apelado, qual seja, a ocorrência de oscilação de energia na rede elétrica, na data de 15 de dezembro de 2015, por volta das 18 horas, nas dependências da unidade de fisioterapia do autor (fls. 02), derivando na danificação do aparelho de ar condicionado.

Houve produção de prova idônea referente à ocorrência de instabilidade na rede elétrica na unidade mantida pelo hospital, em virtude de queda e/ou falta de energia fls. 47 e 50.

E o evento causou danos ao equipamento de ar condicionado modelo RP2015A, Série 2219 -, descritos no laudo e orçamento a fls. 49 e 51.

A concessionária apelante é prestadora de serviço público de fornecimento de energia elétrica e responde objetivamente pelos danos causados aos usuários em razão do serviço prestado, nos

termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal.

O artigo 6º, § 1º, da Lei nº 8.987/95, dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, estabelecendo que: “serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas”.

Comprovado o dano e o nexo causal, cabia à apelante demonstrar, de forma inequívoca, qualquer excludente da responsabilidade civil para o rompimento do nexo causal entre o prejuízo sofrido e a falha na prestação do serviço, proveniente da fragilidade no fornecimento de energia elétrica, ônus que incumbe à ré, nos termos do artigo 373, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015.

Ficaram comprovadas as despesas com o conserto do equipamento pela troca de compressor, no valor de R\$ 8.200,00, conforme nota fiscal eletrônica a fls. 56, sendo devida a reparação pelo dano material, devidamente corrigido.

A análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pela origem, demandaria inevitável reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte.

Nessa direção:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DECORRENTES DE INCÊNDIO CAUSADO POR DEFEITO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA - DECISÃO MONOCRÁTICA CONHECENDO DO RECLAMO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, ANTE A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. INSURGÊNCIA DA COMPANHIA ENERGÉTICA.

1. Responsabilidade objetiva do fornecedor pelos danos causados aos consumidores por defeito na prestação de serviço de energia elétrica. Acórdão estadual pugnando que a concessionária de serviço público não se desincumbiu do ônus de comprovar a ausência de defeito ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, nos termos do artigo 14, § 3º, do Código de Defesa do Consumidor. Incidência da Súmula 7/STJ.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 318.307/PE, Rel. Ministro MARCO BUZZI,

QUARTA TURMA, julgado em 25/2/2014, DJe 5/3/2014.)

Esclareça-se que, como destinatário final, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, a interpretação da prova necessária à formação do seu convencimento.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CAUTELAR DE SEPARAÇÃO DE CORPOS. CONCLUSÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM FIRMADA COM BASE NAS QUESTÕES FÁTICO-PROBATÓRIAS DOS AUTOS. AUSÊNCIA DE CULPA PELA DISSOLUÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL. DIVISÃO PATRIMONIAL. REEXAME DA MATÉRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Sendo o julgador o destinatário da prova, a ele cabe decidir sobre o necessário à formação do próprio convencimento. Desse modo, compete às instâncias ordinárias exercer juízo acerca dos elementos probatórios acostados aos autos, cujo reexame é vedado em âmbito de Recurso Especial. Aplicação da Súmula 7 desta Corte Superior.

2. A tese defendida no recurso especial demanda o reexame do conjunto fático e probatório dos autos, vedado pela Súmula 7 do STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 189.265/RN, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19/3/2013, DJe 22/3/2013.)

Acrescente-se que a conclusão acima reproduzida está em perfeita harmonia com a jurisprudência adotada neste Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a responsabilidade objetiva das empresas prestadoras de serviço público somente é afastada se comprovada a ocorrência de fato fortuito ou força maior.

A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENERGIA ELÉTRICA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, COM INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 2º DO CDC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF.

DANOS MATERIAIS CONFIGURADOS. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

(...)

V. Quanto à alegada existência de excludente de responsabilidade da ora agravante, o acórdão recorrido a afastou, concluindo, à luz das provas dos autos, que "não se pode dizer que ocorreu caso fortuito ou força maior para a exclusão da responsabilidade objetiva da ré. Oscilações bruscas no fornecimento de energia elétrica não são fatos imprevisíveis". Assim, acolher a alegação exposta nas razões recursais - no sentido de que "a queda de energia se deu por falha da CTEEP e não por um agente ou empregado da recorrente" - ensejaria, inevitavelmente, o reexame do material fático-probatório dos autos, procedimento vedado, pela Súmula 7 desta Corte.

VI. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.017.248/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/4/2017, DJe 2/5/2017.)

Dessa forma, encontrando-se o acórdão recorrido em consonância com a orientação desta Corte, não há o que se reformar, esbarrando o presente recurso no óbice da Súmula 83/STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora